

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 18 de dezembro de 2025

Bolsas
Na quarta-feira
0,79%
São Paulo

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
160.766 — **157.327**
12/12 15/12 16/12 17/12

Dólar
Na quarta-feira
R\$ 5,523
(+1,1%)

Últimos
11/dezembro 5,404
12/dezembro 5,410
15/dezembro 5,421
16/dezembro 5,463

Salário mínimo
R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 6,487

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,90%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Julho/2025 0,26
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18



MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

“Agora ou nunca”, diz Lula sobre acordo

Em fala enfática, presidente adverte que, se não houver a assinatura do acordo na reunião do bloco sul-americano, no sábado, o Brasil será duro. No encontro, Lula irá transferir a presidência para o paraguaio Santiago Peña

» RAPHAEL PATI
» VÍCTOR CORREIA

Apoucos dias da Cúpula do Mercosul, que ocorre no próximo dia 20, os líderes de duas das maiores economias europeias frearam as expectativas para uma possível assinatura do acordo entre os dois blocos em 2025. O presidente da França, Emmanuel Macron, e a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, defenderam ontem o adiamento da decisão final sobre o tema.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não gostou de saber e prometeu ser duro, caso o acordo não seja concluído no sábado. Lula frisou que se não houver a assinatura do acordo na próxima reunião, o Brasil não validará mais o tratado enquanto o petista for presidente.

“É importante lembrar que essa reunião do Mercosul era para ser no dia 2 de dezembro, eu mudei para o dia 20 de dezembro porque a União Europeia pediu, porque só conseguia aprovar o acordo com o Mercosul no dia 19. E eu agora estou sabendo que eles não vão conseguir aprovar”, discursou Lula durante a reunião ministerial realizada ontem na Granja do Torto.

No encontro do sábado, Lula entregará a presidência pro tempore do Mercosul para Santiago Peña, do Paraguai. Depois, o Brasil só assumirá o cargo novamente em 2026.

“Está difícil, porque a Itália e a França não querem fazer por problemas políticos internos. E eu já avisei para eles: se a gente não fizer agora, o Brasil não fará mais acordo enquanto eu for presidente. É bom saber. Faz 26 anos que a gente espera esse acordo. É mais favorável para eles do que para nós”, acrescentou.

A expectativa brasileira é de que o acordo seja aprovado pelo Conselho Europeu amanhã e assinado

oficialmente no dia seguinte, no Brasil. Porém, líderes europeus já sinalizaram que isso não deve ocorrer. Ainda assim, Lula disse esperar que o tratado seja firmado. Ele ressaltou ainda a importância do acordo como resposta às medidas unilaterais de comércio impostas pelos Estados Unidos, e como forma de fortalecer o multilateralismo.

Ele foi incisivo ao dizer que não avançará com o tratado se o documento não for aprovado agora. “Eu vou a Foz do Iguaçu na expectativa de que eles digam sim, e não digam não. Mas também, se disserem não, nós vamos ser duros daqui para frente com eles, porque nós cedemos a tudo que era possível a diplomacia ceder”, enfatizou Lula. Caso o acordo não satisfaça a Itália, o futuro das negociações pode estar comprometido, visto que se quatro países da UE, representando 35% da população do bloco, se oporem, as tratativas comerciais caem por terra. Além de França e Polônia, a Hungria também sinaliza que pode ser contra o acordo.

Protecionismo

Macron, publicamente contrário ao acordo entre os dois blocos, sobretudo em virtude da pressão do setor produtivo no país, disse que “se houvesse uma vontade de impor o acordo por parte das instâncias europeias, a França se oportaria de forma muito firme”. A declaração foi feita pela manhã durante a reunião do Conselho de Ministros do país e repassada pela porta-voz do governo, Maud Bregeon.

Já a premiê italiana, que se manifesta menos sobre o assunto do que o francês, disse também durante a manhã que considera “prematuro” a assinatura do acordo. Ela reforçou que é necessário ainda ouvir todos os setores,



Premiê italiana Giorgia Meloni se uniu ao francês Emmanuel Macron na resistência ao fechamento do acordo entre a UE e o Mercosul



É bom saber. Faz 26 anos que a gente espera esse acordo. É mais favorável para eles do que para nós”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

sobretudo os agricultores, antes de tomar a decisão. “Devemos esperar até que essas medidas sejam finalizadas e, ao mesmo tempo, explicá-las e discuti-las com nossos agricultores”, afirmou. Apesar do tom mais duro, Meloni deixou claro que o país não atua contra o acordo e que segue a posição do partido Fratelli D’Italia, que acredita que o texto ainda não é favorável aos agricultores italianos. “Isso não significa que a Itália pretende bloquear ou se opor ao acordo como um todo... Estou

muito confiante de que, no início do próximo ano, todas essas condições poderão ser atendidas”, acrescentou a premiê.

Salvaguardas

Nesta semana, o parlamento europeu aprovou uma série de medidas que prevêem mecanismos de salvaguarda para o setor agrícola no continente. Produtos mais sensíveis, como carne bovina, aves e açúcar, serão supervisados e, caso seja constatado um

desequilíbrio prejudicial de mercado, a UE poderá aplicar tarifas adicionais. As medidas ainda devem passar pela Comissão Europeia. Além da França e da Itália, a Polônia também não está satisfeita com os termos do acordo, ao contrário da Alemanha, que esperava a concretização das negociações já neste sábado. Havia a expectativa de que a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen marcassem presença em Foz do Iguaçu para assinar os termos junto com os líderes do Mercosul.

CONTAS PÚBLICAS

Haddad: crescimento ajuda o esforço fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o crescimento da economia é importante para ajudar no “esforço fiscal” que o governo tem que fazer. “O Brasil não tem saída sem crescimento”, disse.

“Começamos a convencer setores expressivos de que era possível sustentar uma economia que cresce mais, porque não penaliza o trabalhador. Estamos dobrando o crescimento médio em relação ao período anterior. Ao mesmo tempo em que sustenta o consumo das famílias, o investimento público e atrai o privado, esse crescimento corrobora o esforço fiscal. O esforço fiscal que tem que fazer é menor do que o que teria que fazer se a economia não estivesse crescendo”, argumentou o ministro durante sua fala na abertura da reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A previsão do governo,

segundo Haddad, é fechar o mandato com um crescimento médio de 2,8% ao ano. Ele reforçou que seria o maior aumento médio da economia desde os governos passados de Lula. “O crescimento médio desses três anos é de mais de 3%, previsão nossa é chegar a um crescimento médio de 2,8% (ao fim do mandato). É o maior crescimento desde os governos Lula 1 e 2. Tivemos um vale de lágrimas de baixo crescimento desde então, sobretudo desde 2015, mas estamos retomando esse crescimento”, afirmou Haddad.

“Quando a economia cresce, ajuda a fazer esse acerto de contas. O Brasil não tem saída sem crescimento, não há como resolver os problemas do Brasil sem crescimento. É óbvio que esse crescimento tem que ser sustentável. Estamos crescendo com o menor desemprego e a menor inflação somados”, completou.



Haddad disse que o governo herdou déficit de Bolsonaro

Agradecimentos

Haddad agradeceu aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, tanto os atuais, quanto os anteriores. Disse que houve um “esforço institucional enorme” feito por Arthur Lira (PP-AL), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Hugo Motta (Repúblícanos-PB) e Davi Alcolumbre

(União-AP) para pautar propostas de interesse do governo nesses últimos três anos. Também elogiou os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso.

“Somos uma equipe muito integrada sob a liderança de Lula, mas se não fosse o Legislativo e o trabalho que esses líderes (do governo) fizeram para tornar isso realidade, não teríamos a menor condição de

chegar até aqui. É natural as tensões entre Poderes, é natural ter divergências, brigar por mais ou por menos, chegar em um meio termo, negociar, mas a grande verdade é que no meio disso tudo há esforço institucional enorme feito pelos presidentes das duas Casas desde 2023”, afirmou Haddad.

“Tenho visto, sobretudo em função da minha pasta, como as pessoas reconhecem a questão da justiça tributária. Quando a pessoa vê que quem está pagando a conta do andar de baixo pela primeira vez é o andar de cima, isso ressoa na vida das pessoas. Estão vendo o esforço do governo de buscar justiça”, exemplificou Haddad.

O ministro da Fazenda chamou de “milagre” o fato de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter conseguido aumentar os recursos voltados a programas sociais, investimentos em infraestrutura e outros gastos, e ao mesmo tempo “melhorar as contas públicas”.

“Em todas as áreas, tem mais recurso hoje do que tinha no passado. Às vezes é o dobro, o triplo do que tínhamos há cinco ou seis anos. Sempre que chega um ministro no Ministério da Fazenda, ele está reclamando de falta de

recursos. Só que estamos dobrando, triplicando o volume de recursos de cada área”, disse o ministro.

“Como é possível ampliar todos os programas sociais, os programas de investimento, melhorando as contas públicas, sem penalizar os mais pobres? Qual milagre o governo está operando para melhorar os programas sociais, os programas de investimento e as contas públicas, ao mesmo tempo?”, questionou o ministro. “Alguém vai dizer: O governo está desarrumando as contas públicas. Quando é exatamente o oposto do que está acontecendo”, acrescentou.

Haddad reclamou do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e do déficit contratado da gestão passada. Afirmou que o Orçamento enviado ao Congresso pela equipe de Bolsonaro previa um déficit de R\$ 60 bilhões em 2023, mas outros gastos, como o compromisso em manter o Bolsa Família em R\$ 600 e o pagamento de precatórios “Assumimos o país com um déficit contratado de R\$ 160 bilhões”, disse. Contando outras despesas, como mudanças no BPC e no Fundeb, afirmou Haddad, o presidente “assumiu com conta a pagar de mais de R\$ 200 bilhões”.